

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no MANDADO DE SEGURANÇA Nº 24.731 - DF (2018/0295852-2)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
AGRAVANTE : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**
PROCURADOR : **BRASILINO PEREIRA DOS SANTOS E OUTRO(S)**
AGRAVADO : **VANILDO DO NASCIMENTO**
REPR. POR : **MARIA LUCIA DO NASCIMENTO - CURADOR**
ADVOGADOS : **ALIGARI CORRÊA STARLING LOUREIRO - DF012977**
 : **EDMUNDO STARLING LOUREIRO FRANCA - DF020252**
INTERES. : **MINISTRO DA DEFESA**
INTERES. : **UNIÃO**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO MANDADO DE SEGURANÇA. ANISTIA DE MILITAR. ATO OMISSIVO DE NATUREZA CONTINUADA. INCABÍVEL SOBRESTAMENTO DO PROCESSO EM FACE DA AFETAÇÃO DO TEMA 839 NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (RE 817.338/DF). RECONHECIMENTO DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO FUNDAMENTADO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. A Primeira Seção decidiu pelo não cabimento da suspensão do trâmite de feitos análogos até que o Supremo Tribunal Federal julgue o tema de repercussão geral n. 839, objeto do recurso extraordinário n. 817.338/DF. Precedentes.

2. Consta na decisão agravada que a concessão da segurança está condicionada à hipótese de não ocorrer decisão administrativa superveniente revogando ou anulando o ato de concessão da anistia, razão pela qual está resguardada a possibilidade de reversão do *decisum* na hipótese de decisão superveniente do Supremo Tribunal Federal em sentido contrário.

3. O entendimento quanto à existência de direito líquido e certo no caso em concreto foi baseado na orientação jurisprudencial desta 1ª Seção do STJ, que tem reconhecido que a União violou direito líquido e certo de anistiados à percepção da reparação econômica quando não observou os prazos de pagamento determinados pelos arts. 12, § 4º, e 18, *caput*, e parágrafo único, ambos da Lei n. 10.599/2002.

4. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da PRIMEIRA SEÇÃO do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento:

Superior Tribunal de Justiça

"A Seção, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator."

Os Srs. Ministros Assusete Magalhães, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa, Gurgel de Faria, Herman Benjamin, Napoleão Nunes Maia Filho e Og Fernandes votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

